



A CULTURA DA AVALIAÇÃO EXTERNA E SUAS INFLUÊNCIAS NA ESCOLA PÚBLICA

Matheus Vieira da Silva
UFAL

matheus.silva@cedu.ufal.br

Givanildo da Silva
UFAL

givanildo.silva@cedu.ufal.br

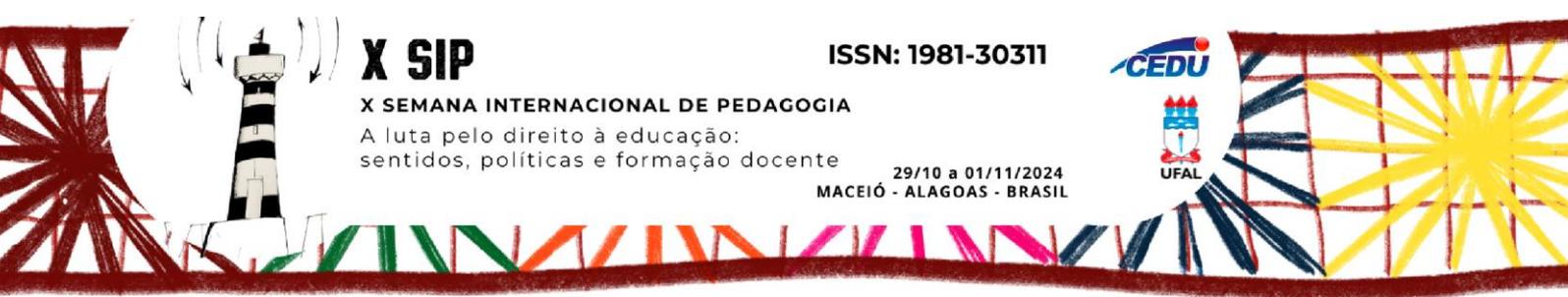
1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da década 1990, o Estado adotou uma nova configuração administrativa, passando de um modelo burocrático organizacional para um modelo gerencial baseado nas administrações de indústrias (Silva; Carvalho, 2021). À vista disso, todas as áreas sociais que são regidas pelo Estado, inclusive a educativa, reorganizaram suas projeções e mudaram seus direcionamentos para se adaptarem a reforma desenvolvida por ele.

Diante desse marco, “o Estado não deixou de reforçar o seu poder coercitivo, nem afrouxou substantivamente o exercício do seu papel de regulação social, tendo, simultaneamente, e de uma forma só aparentemente paradoxal, continuado a promover a sua própria retração como Estado” (Afonso, 2007, p. 15). O que significa dizer que continuou propagando suas proposições nas diversas áreas sociais ligadas a ele, repercutindo nelas suas perspectivas e ideais, apenas por uma filosofia política diferente.

Como as bases educativas caminham de acordo com as demais bases sociais articuladas pelo Estado (Afonso, 2007), elas recebem as orientações daqueles que estão no poder do Estado. Assim, por meio das políticas educacionais, o Estado articula e orienta as escolas por quais caminhos seguirem para o oferecimento à sociedade de uma educação, conforme seus conceitos de qualidade.

Diante desse contexto, tais políticas modificam as configurações das escolas, que para atenderem as exigências do Estado reorganizam seus planejamentos, métodos, projetos, currículos e as formas de avaliação. Isso porque, através de avaliações padronizadas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e índices educativos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Estado fiscaliza se de fato suas projeções estão sendo repercutidas nas escolas.



2 OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa foi discutir sobre os processos político-pedagógicos das avaliações externas e suas influências na escola pública, tendo referência a cultura da avaliação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa (Minayo, 2001), tendo o estudo exploratório (Gil, 2002) como objetivo, a partir da Revisão da Literatura de pesquisadores da área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os processos de orientação político-pedagógicos para a educação caminham de acordo com as projeções das bases administrativas do Estado. Sendo assim, as políticas educacionais refletem as idealizações, princípios e ideologias das políticas públicas que as orientam. Como no Brasil, a partir da década de 1990, uma nova maneira de conduzir a sociedade adentrou a realidade brasileira, isto é, o neoliberalismo, a sociedade ganhou novas projeções daquilo que seria.

Pautados nos princípios do mercado capitalista, o neoliberalismo transfigurou as áreas sociais que seguiam um modelo burocrático organizacional para o modelo gerencial de desenvolvimento, método adotado pelas empresas para gerirem a performance de seus funcionários, o desenvolvimento de seus serviços e os objetivos de suas produções.

Como sinalizam Afonso (2005) e Silva e Carvalho (2021), as áreas sociais, inclusive a da educação, passaram a reproduzir os ideais do sistema neoliberal que assumira a administração do Estado, transformando em ações as suas orientações. Sendo assim, as reformas do Estado têm como propósito mudar as configurações das áreas sociais, políticas e culturais ligadas a ele, para as do grupo do sistema político que está adentrando a sua administração.

É o que apresenta a pesquisa de Lira (2013) ao evidenciar que por meio da disseminação das políticas neoliberais do Estado na escola pública, os profissionais da educação são induzidos a substituírem suas práticas pedagógicas pelas estratégias gerenciais das políticas neoliberais. Algo que reconfigura a função da social da escola, visto que ela é moldada conforme as políticas de quem a promove e



assim “reafirma os valores e a cultura dominante na sociedade capitalista mediante a celebração da ideologia de mercado” (Lira, 2013, p. 194).

Ações como competitividade, raqueamento de resultados, premiações e meritocracia, próprias das configurações das empresas, são consequências causadas pelas políticas educativas norteadas pelo neoliberalismo presente nas políticas administrativas do governo federal. Ele, fazendo o uso do sistema de avaliação em larga escala, tem como propósito avaliar se as escolas estão reproduzindo seus ideais, disseminando suas ideologias e responsabilizando os professores que não estejam dando retornos esperados nesse processo.

De acordo com o estudo de Lira (2013), o governo federal cria estratégias para implantar, desenvolver, impulsionar e manter essa política por meio de premiações e bonificações às escolas e aos profissionais que mais corresponderem aos seus anseios. Com isso, os estados e municípios se sentem pressionados a efetivarem sua concretude, pois são cobrados pela federação ante aos números apresentados por suas escolas e secretarias, fomentando a cultura do desempenho como acontece nas competitividades entre as empresas no mercado.

Afonso (1999) denuncia que essa sistematização acontece porque da mesma forma que um Estado neoliberal consegue controlar as relações de mercado, deseja adaptar as demais esferas sociais a esse modelo para que também exerça maior facilidade em seus controles. Por isso, explica-se os motivos pelos quais nos últimos tempos está havendo uma participação considerável do público empresarial nas atividades no campo da educação.

As empresas e entidades privadas demonstram interesse em adequar as políticas educacionais aos pensamentos mercadológicos para que os estudantes sejam formados conforme suas perspectivas. Essas atuações repercutem diretamente na função social da escola, que ao invés de formar integralmente os estudantes para a atuação nas diversas áreas da sociedade e com isso transformar, dentro de suas condições e possibilidades, a comunidade em que se encontra, forma-os exclusivamente para o exercício do mercado.

Assim, as habilidades e competências exigidas pelo sistema de ensino acabam sendo elaboradas por sujeitos e entidades que não atuam no dia a dia da comunidade escolar e não conhecem de perto as realidades das escolas. A educação, e



consequentemente as escolas, por ser um campo complexo, desenvolvem suas vivências de acordo com os contextos, culturas e fatores da comunidade em que está inserida.

A pesquisa de Kummer (2014) revela que são as estruturas históricas, políticas e culturais as responsáveis pela formação das características das escolas e de seus estudantes. A autora apresenta como exemplo as repercussões das características jesuítas no processo de formação de alguns municípios da região sul do país, que até os dias atuais exercem influências nas articulações das escolas, formação dos professores, educação dos estudantes e modos de vida das comunidades em torno delas.

Logo, seguindo essa linha de raciocínio, é possível analisar que as reformas neoliberais que reconfiguraram o Estado a partir da década de 1990, repercutem nas escolas os valores, os princípios e as idealizações desse sistema político. Com isso, durante a formação escolar, os estudantes estarão sendo formados, conforme essas perspectivas e atuarão na sociedade sob a ótica pela qual foram formados.

São por esses motivos que Kummer (2014) apresenta que a escola está ligada com o meio sociocultural onde participa. Como o Estado norteia as políticas administrativas e educacionais, ele orientará a atuação escolar e a formação da identidade de quem participa dela. Segundo Kummer (2014, p. 86), “os índices bons na avaliação em larga escala são decorrentes do tipo de cultura que o aluno recebeu desde a sua origem, de sua condição cultural e a motivação que o mesmo teve no processo de ensino e aprendizagem”.

É por isso que, Silva e Santos (2022), em concordância com as reflexões oriundas das pesquisas de Kummer (2014), denunciam que os currículos padronizados e as avaliações em larga escala são desenvolvidas, para que através dessas vias, o Estado Avaliador acompanhe se as suas idealizações estão repercutindo na escola.

Além disso, são por meio dessas ferramentas educacionais que o Estado Avaliador (Afonso, 1999) avalia o índice de desenvolvimento dos alunos frente as suas propostas e responsabiliza as escolas e os profissionais que não estejam reproduzindo resultados elevados de retorno. Construindo, assim, a cultura da avaliação na escola pública.



Logo, como apresenta Afonso (2005), um Estado capitalista formará uma geração social com pensamentos capitalistas, um Estado socialista formará uma geração social com seus vieses. Por outro lado, um Estado democrático fará o processo de formação baseando-se nos modelos democráticos de educação. Já um estado neoliberal formará os sujeitos para que vivam e defendam esse modelo político em suas vivências. O mesmo se aplica aos vários outros sistemas políticos que idealizarão a qualidade da educação de acordo com as concepções de qualidade da educação que tenham adotado.

Com políticas educacionais pautadas em vieses capitalistas, a formação continuada dos professores, promovidas pelo Estado em parceria com grupos empresariais, acabam reproduzindo as projeções neoliberais. Dessa maneira, ao invés da escola orientar os professores a formarem os estudantes para viverem integralmente na sociedade, eles são incentivados a formá-los para vivências no mercado de trabalho. E a escola deve preparar os estudantes para viverem em todas as áreas da sociedade, não exclusivamente uma.

Conforme Afonso (2007), o Estado deixa de ser um Estado Provedor para se tornar um Estado Avaliador quando não disponibiliza aos professores condições mínimas de trabalho e exigem o máximo de retornos às suas demandas. Assim, exime-se das responsabilidades do fracasso escolar, considerados pela não correspondência aos índices de raqueamento projetados por ele, e atribui aos profissionais da educação essa responsabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta essas considerações, é possível perceber que as escolas são configuradas como empresas, os profissionais da educação como operários industriais, o ensino como *marketing* e propaganda, os alunos como recursos de trabalho, os pais como clientes e a educação como mercadoria. Em outras palavras, isso significa dizer que a escola é formada para realizar o processo de formação dos alunos, conforme as orientações culturais, políticas e históricas que fazem parte dos seus ideais.

Sendo assim, as reflexões desenvolvidas ao decorrer do trabalho explicitaram que são por meio de políticas educacionais, métodos pelos quais o Estado utiliza-se



para nortear os rumos da educação, que o Estado orienta e direciona como deve ser a configuração das escolas. Sendo assim, o Estado utiliza-se dessas políticas para a implantação de seus ideais no percurso formativo daqueles que participam das escolas regidas por elas.

Nesse contexto, as discussões apresentam que além do Estado configurar-se como regulador das práticas educativas, também assume a função de Estado Avaliador. Além de propagar os seus ideais no cotidiano da escola, seja pela gestão, coordenação, formação, planejamentos, currículo ou avaliação, faz uso de mecanismos para fiscalizar se suas projeções estão sendo efetivadas. Um desses mecanismos são as avaliações externas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, M. T. (org.). **Escola, currículo e avaliação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 38-56.
- AFONSO, A. J. Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 139-164, dez. 1999.
- AFONSO, A. J. Estado, Políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, Itajaí, vol. 7, n.1, p. 11-22, jan./abr. 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KUMMER, C. M. W. **As possíveis implicações de fatores históricos culturais nos resultados das avaliações em grande escala (Ideb e Prova Brasil)**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Área de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2014.
- LIRA, P. R. B. **A atuação do governo federal na disseminação da cultura do desempenho na educação básica brasileira (1995-2012)**. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SILVA, G.; CARVALHO, D. Q. S. A cultura da avaliação e da responsabilização nas reformas educacionais pós-1990. **Educação em Foco**, Minas Gerais, ano 24, n. 44, p. 397-421, set./dez. 2021.
- SILVA, G.; SANTOS, I. M. A centralidade das avaliações externas e do currículo nas políticas educacionais. **ECCOM**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 297-311, jan./jun. 2022.